

DS

ARTIGO

TRANSPARÊNCIA: A VIDRAÇA QUE ENGRANDECE O BRASIL

Em 2022, o país enviou 1,23 milhão de toneladas de carne bovina para a China. O volume é 71% maior do que o embarque registrado em 2021. O valor dos negócios também aumentou, ou melhor, dobrou no período, e chegou a US\$ 7,951 bilhões. Isso já é o suficiente para mostrar a importância do mercado chinês para a pecuária brasileira, para a indústria da carne e para a Balança Comercial do país. E é por isso que o tema é tratado com tanta seriedade pelas autoridades.

Mês passado, um touro de nove anos foi identificado com Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), o mal da vaca louca. Imediatamente o serviço sanitário abateu e incinerou o animal e enviou o material para análises laboratoriais. No Brasil foi confirmada a doença e o laboratório de referência mundial, localizado no Canadá, confirmou se tratar de um caso atípico. Ou seja, sem risco de contaminação à saúde humana ou de outros animais.

Assim que o caso foi identificado, de forma espontânea, como previsto em protocolo de exportação, o Brasil suspendeu os embarques de carne bovina para a China. Sim, a China, que compra tanta carne nossa. Uma ação clara de transparência e responsabilidade. Atributos, aliás, muito valorizados pelos parceiros asiáticos.

Desde que o comércio de carne para a China se intensificou, a partir de 2019, os negócios vêm crescendo exponencialmente, mesmo quando outros casos atípicos de vaca louca são registrados. Em 2021, quando a China ficou 100 dias fora do mercado da carne brasileira, também pelo registro de dois casos atípicos, toda a cadeia produtiva sentiu os efeitos, mas assim que o país retornou as exportações foram plenamente restabelecidas.

No final deste mês está prevista uma visita do presidente Lula à China. Uma iniciativa que chama a atenção de todo o mundo. Desde sua posse, visitou primeiramente os países vizinhos, no mês passado foi aos Estados Unidos, a maior potência mundial e também um vizinho continental. Agora alça voos mais longos, buscando estreitar a relação com importantes parceiros comerciais. A ordem das viagens segue, vamos dizer, uma sabedoria diplomática para que nenhuma relação seja abalada.

Na mala, Lula deve levar não apenas o resultado do laboratório canadense, mas também sugestões para atualizar o protocolo de exportação da carne. A mudança no protocolo comercial não deve acontecer em momentos de crise, o Brasil não teria como argumentar o relaxamento nos critérios de suspensão de exportação em meio a uma investigação de um caso de vaca louca. Não há margem para isso. Agora, com todas as questões sanitárias em dia, a chance de sucesso na revisão do acordo é muito maior.

Quando a China habilitou o Brasil como fornecedor de carne bovina, abriu-se a porta para um mercado consumidor enorme. Na época, o que se pensava era “se cada chinês comer um bifinho por mês, estamos no lucro”, parafraseando a pesquisadora Mariane Crespoline. O destino quis que o bife caísse no gosto chinês, influenciado pela crise provocada pela gripe aviária, e hoje temos um mercado ávido por proteína, que o Brasil pode sim fornecer.

O Brasil possui status sanitário de risco insignificante para EEB, ou vaca louca, desde 2013, na OIE (Ordem Mundial de Sanidade Animal). A excelência do serviço sanitário brasileiro é reconhecida internacionalmente. A qualidade da carne brasileira vem aumentando ano após ano com o melhoramento genético dos animais. Cada vez mais os produtores e governos, estaduais e federal, demonstram responsabilidade com relação à sustentabilidade, buscam implementar práticas de bem-estar animal e responsabilidade socioambiental.

Existe um provérbio chinês que diz, ser pedra é fácil, o difícil é ser vidraça. Agora é hora de maturidade. Em meio a um problema, é preciso destacar os méritos, reforçar a transparência e ter calma para que ações sejam tomadas com responsabilidade. Logo, os chineses voltam a ter seu bifinho na mesa, as indústrias recuperam a receita e a arroba do boi retoma o patamar.

Luciano Vacari é gestor de agronegócios e diretor da Neo Agro Consultoria

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-ÁDIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997

Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W

Parque Mansões - CEP:78300-000

Tangará da Serra - MT - Brasil

f

www.facebook.com/jornalds

@diariodaserra

PROJETO EM DISCUSSÃO

Pedido de recursos para novos semáforos gera discussão na Câmara

“O que chamou a atenção foi o valor de R\$1.634.000.000”, afirma vereador

O projeto será votado na Sessão Ordinária da próxima terça, 14

ROSÍ OLIVEIRA / Redação DS

Já há alguns dias que um dos assuntos mais recorrentes em Tangará da Serra são as mudanças realizadas no trânsito com alterações em vias e colocação de mais semáforos em alguns pontos da cidade. Com o intuito de esclarecer alguns pontos, o vereador Eduardo Sanches apresentou na sessão realizada na terça passada um projeto que obrigaria a necessidade de audiência pública para que qualquer alteração no sistema viário ocorresse, mas o projeto acabou sendo rejeitado.

Ocorre que nesta terça-feira, dia 7, em Sessão Ordinária adentrou para

análise na Casa de Leis outro projeto em que o Executivo Municipal solicitava a liberação de suplementação de mais de R\$ 55 milhões para a Secretaria de Infraestrutura, sendo esse valor, conforme o vereador Fábio Brito, o maior recurso de suplementação já passado pela Câmara Municipal.

“Nós fizemos uma indicação e um requerimento ao Executivo. Na indicação nós estamos pedindo o desmembramento do Projeto de Lei Nº 36/2023. O projeto é muito bom, contempla várias áreas, inclusive execução de asfalto, mas o que chamou a atenção foi o valor de R\$1.634.000.000, que pedia no seu texto original o recurso para a aquisição de mais semáforos”, explica o vereador Fábio Brito, que acompanhado dos vereadores Eduardo Sanches, Ademir Anibale e Horácio

Pereira, apresentou o pedido de desmembramento ao Executivo Municipal. “Os vereadores acharam estranho e em conversa com o secretário de Obras, o prefeito encaminhou um ofício corrigindo o texto para a aquisição de materiais, manutenção de semáforos já adquiridos”, informa. “Porém, esse assunto que trata do trânsito vem trazendo discussão na sociedade em virtude dos números de acidentes que vem acontecendo, e a maioria dos empresários e as entidades de classe tem cobrado o poder público para um novo projeto de trânsito”, revela o legislador.

“Nós queremos discutir esse novo projeto de trânsito com o Poder Executivo e também com toda a sociedade”, ressalta Brito. O projeto será votado na Sessão Ordinária da próxima terça-feira, dia 14.

REQUERIMENTO

“Recebi várias denúncias de uma possível indústria da multa em Tangará da Serra”, revela vereador

ROSÍ OLIVEIRA / Redação DS

Com essa parte do assunto resolvida, do recurso não ser utilizado mais para a compra de semáforos, mas apenas para compra de materiais e para a manutenção dos já existentes, os vereadores vislumbraram um novo

assunto ligado ao trânsito municipal, como revela o vereador Fábio Brito. “Esse valor também, em seu texto original, dizia que o valor era através de multas de trânsito e isso chamou a atenção porque a Câmara Municipal, inclusive eu, enquanto vereador, recebi várias denúncias de uma possível indústria da

multa em Tangará da Serra”, pontua o vereador, explicando que por esse motivo os quatro vereadores tomaram a decisão requerer informações sobre esse assunto também. “Então fizemos um requerimento pedindo informações detalhadas da arrecadação de 2021 e 2022 através de multas de trânsito”.